

NA OPA DO BCP SOBRE O BPI Teixeira Pinto mantém a assessoria da MLGTS

Morais Leitão acrescenta OPA do BCP à assessoria da Sonae

Filipa Ambrósio de Sousa
fsousa@economicasgps.com

A Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados serão os advogados do BCP no âmbito da OPA lançada sobre o BPI, apurou o DE. A equipa dos advogados será liderada por Miguel Galvão Teles e João Soares da Silva, Luís Branco e Nuno Galvão Teles - sócios da MLGTS e advogados da instituição bancária há já alguns anos.

Para a elaboração dos argumentos jurídicos nesta operação específica, a MLGTS vai recorrer a uma equipa multidisciplinar de nove advogados - que inclui advogados de outros departamentos do escritório para além do de mercado de capitais.

Da parte do BPI, e até à hora de fecho desta edição, ainda não estava escolhida a sociedade que irá prestar assessoria ao banco, mas uma das hipóteses, segundo apurou o DE, poderá ser o advogado português João Vieira de Castro, que até hoje tem estado à frente da componente jurídica do BPI, sendo igualmente sócio de uma pequena sociedade no Porto fundada por Vasco Beirão, falecido recentemente.

Atendendo à pequena dimensão da sociedade portuguesa, a assessoria jurídica - a manter-se com João Vieira de Castro - poderá passar pela contratação de outra ou mesmo outras sociedades de advogados portuguesas.

O sucesso da OPA - e os desafios jurídicos que os advogados do lado do BCP e BPI terão de encontrar - poderá passar pela alteração dos estatutos do BPI, até à data de encerramento da oferta. Os responsáveis do BPI vão propor, na assembleia geral de 20 de Abril, a alteração na blindagem dos estatutos, aumentando o limite de 12,5 para 17,5 por cento dos votos correspondentes ao capital social.

A Morais Leitão acumula a assessoria ao BCP com os ser-

Da parte do BCP, a equipa dos advogados responsáveis será liderada por Miguel Galvão Teles e João Soares da Silva, Luís Branco e Nuno Galvão Teles - sócios da MLGTS e advogados da instituição bancária há já alguns anos.

O advogado que até hoje esteve à frente dos destinos do BPI foi João Vieira de Castro, sócio de uma pequena sociedade fundada no Porto por Vasco Beirão.

viços à SONAE por via da CPPX, a sociedade de Osório de Castro e Lobo Xavier que foi recentemente integrada na Morais Leitão.

Mas não é só nestas duas ofertas públicas de aquisição que a MLGTS prestou a sua assessoria. Na ponta final de 2005, a sociedade representou o empresário Patrick Monteiro de Barros no projecto de construção em Sines da nova refinaria de produtos petrolíferos - um projecto de investimento estrangeiro em Portugal no valor de 4 mil milhões de euros, sendo a operação liderada por João Soares da Silva, com a colaboração de Nuno Galvão Teles.

A MLGTS representou ainda a EDP na transacção para a venda ao Grupo Américo Amorim da sua participação na Galp Energia, assessorando, em simultâneo, a EDP na negociação com a REN do acordo parassocial relativo à Galp Energia e a representação do Estado na reprivatização da EDP.

Agora, o desafio chama-se Millennium BCP numa OPA sobre o Banco Português de Investimento estimada em 4,3 mil milhões de euros. ■

MLGTS ganha SONAE depois da fusão com CPPX

■ Pouco antes do anúncio público do lançamento da OPA da SONAE sobre a PT, os advogados que até então assessoravam a área do 'corporate' da PT - Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados - foram obrigados a abdicar deste cliente. Segundo apurou o DE na altura, a sociedade foi forçada a abandonar a assessoria da empresa por manifesto conflito de interesses. Isto porque desde Janeiro de 2006 que ficou concluída a fusão da MLGTS com a Osório de Castro, sociedade que assessorava a Sonae há já alguns anos. Mas este não seria o primeiro caso onde o conflito de interesses entre CPPX e MLGTS já se tinha manifestado.

O primeiro caso registado foi no contexto de uma acção - ainda a decorrer na Comissão Europeia - e que foi interposta pela Sonae em 2005 contra a PT, então com o argumento de abuso de posição dominante por parte da empresa. F.A.S.



Paulo Teixeira Pinto mantém a Morais Leitão à frente dos destinos jurídicos do BCP, desta feita na OPA sobre o BPI.

DESAFIOS

■ Fonte jurídica contactada pelo DE considera que os desafios jurídicos que a OPA do BCP sobre o BPI apresenta não diferem muito dos que a OPA lançada por Beirão de Azevedo sobre a Pt apresenta.

■ Há, contudo, uma 'nuance' face à PT, já que a entidade supervisora é, neste caso, o Banco de Portugal, que terá de se pronunciar sobre o destino desta OPA.

■ Juridicamente, tal avaliação desta OPA não promete ser demasiado complexa, já que o Código de Valores Mobiliários não deixa dúvidas sobre as regras e exigências neste tipo de operação.

■ Relembre-se que o BCP condicionou esta OPA à aquisição de, pelo menos, 50+1% do capital do BPI, para garantir uma maioria de votos depois da desblindagem - ou não - dos estatutos. O banco de Paulo Teixeira Pinto já revelou a sua intenção de adquirir 100% do capital do BPI.